



AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
Assessoria Parlamentar e de Comunicação Social

Brasília, 7.12.99

CONSELHEIRO APRESENTA ANATEL À COMISSÃO QUE EXAMINA CRIAÇÃO DA ANT

Atuar sempre em benefício dos usuários, com rígido controle pela universalização e qualidade dos serviços. Para isto é preciso pronta ação, cuidado e carinho com o usuário, impondo metas às empresas privadas encarregadas do atendimento.

A fórmula que norteia as ações da Agência Nacional de Telecomunicações-**Anatel** foi apresentada nesta terça-feira, dia 7, pelo conselheiro da Agência, Antônio Carlos Valente da Silva, aos deputados que integram a Comissão Especial da Câmara Federal que examina o Projeto de Lei 1615, do Executivo, com vistas à criação da Agência Nacional de Transportes-ANT.

Durante a audiência pública em que representou o presidente da **Anatel**, Renato Navarro Guerreiro, Valente teve a oportunidade de relatar todo o processo que resultou na criação da Agência de Telecomunicações e de apresentar um balanço do setor, em números, que tem por base o ano de 1994, quando apenas 16% da população brasileira tinha acesso à planta de telecomunicações do País.

Época em que o então ministro das Comunicações, Sérgio Motta, começou a trabalhar pela flexibilização do monopólio estatal de telecomunicações. Mas foi somente em julho de 1997, com a aprovação da Lei Geral de Telecomunicações, que foram definidas as regras para a privatização e criada a **Anatel** como órgão regulador, tendo por objetivo básico promover o desenvolvimento das telecomunicações do País, de modo a dotá-lo de



AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
Assessoria Parlamentar e de Comunicação Social

uma moderna e eficiente infra-estrutura, capaz de oferecer serviços adequados, diversificados e a preços justos, em todo o território nacional.

A **Anatel**, explicou Valente, apenas implementa políticas definidas pelo Congresso e pelo Poder Executivo. Sua diretoria é composta por cinco conselheiros indicados pelo presidente da República e aprovados pelo Senado, com mandato de três a sete anos, não renováveis. “Os princípios básicos da Agência são os de propiciar livre, ampla e justa competição entre os prestadores de serviço, atuar para impedir a monopolização do mercado e reprimir infrações à ordem econômica”, acrescentou Antônio Carlos Valente.

Os resultados pós-privatização foram destacados pelo conselheiro da **Anatel** em números: em outubro deste ano, o número de telefones fixos instalados no País é da ordem de 26 milhões; os acessos celulares em serviço passaram de 800 mil, em 94, para 12,7 mil até outubro deste ano. E o número de telefones públicos hoje em funcionamento é da ordem de 697 mil.

Para Valente, a grande vantagem da ampla discussão que se promoveu anteriormente à privatização e à instalação da **Anatel**, é que o modelo brasileiro herdou as vantagens de sistemas já instalados em outros países, procurando eliminar os erros, na medida do possível, dentro do princípio básico e fundamental de defender o interesse do usuário, fiscalizando intensamente a ação das prestadoras de serviços.

Assessoria de Imprensa-ANATEL